

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO BRASILEIRA, por LUIZ GUILHERME MARINONI e DANIEL MITIDIERO	7
INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA, por MICHELE TARUFFO	11

CAPÍTULO I

O PROBLEMA DA MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA CIVIL

1. A) Incertezas nas formulações doutrinárias dominantes do problema	33
B) A motivação e a crise da doutrina do silogismo do Juízo	40
C) A motivação e a aproximação sociológico-política do Juízo	47
2. Natureza da motivação e problemas definidores	51
3. A) A motivação como “discurso”	53
B) A motivação como conjunto ordenado de proposições.....	57
4. Perfis de análise semiológica da motivação.....	60
A) As situações interpretativas.....	62
B) A motivação como signo linguístico em sentido próprio.....	66
C) A motivação como fonte de indícios.....	69
D) Situações interpretativas e significados da motivação	72
5. Natureza da motivação e método da pesquisa	75

CAPÍTULO II

A MOTIVAÇÃO COMO FONTE DE INDÍCIOS

1. A motivação como conjunto de fatos significantes.....	79
2. A interpretação indiciária do significado da motivação.....	82
A) Tipos de situações interpretativas	83
B) Exemplos de pesquisas sobre a motivação como fonte de indícios	92
3. A interpretação indiciária das características estruturais da motivação	96
4. A motivação como fato não-significante	102
A) A aproximação realista.....	103
B) A aproximação psicológica	105
C) A aproximação irracional	106
5. Êxito e relevância geral da interpretação da motivação como fonte de indícios	109

CAPÍTULO III

A MOTIVAÇÃO COMO DISCURSO JUSTIFICATIVO

1. A interpretação da motivação como signo em sentido próprio.....	113
A) Significado e estrutura do discurso	116
B) Fatores lógicos e retóricos no contexto da motivação.....	117
2. Motivação e razões reais da decisão	122
A) A motivação como discurso de significado mais amplo	123
B) A motivação como discurso de significado menos amplo	124
C) O raciocínio justificativo como significado próprio da motivação	126
3. Logicidade do Juízo e da motivação.....	128
A) Logicismo e antilogicismo nas concepções do Juízo.....	133
B) Sobre os sofismas logicistas e antilogicistas	137
C) O papel da lógica no raciocínio do Juiz	139
D) A distinção entre lógica do Juízo e lógica da motivação	142
E) Logicidade e valoratividade do raciocínio do Juiz	143

CAPÍTULO IV

SOBRE ALGUMAS TEORIAS DO JUÍZO E DA MOTIVAÇÃO

1. A teoria do silogismo judicial	147
A) Falsidade e incompletude da teoria silogística.....	149
B) Limites das críticas à teoria silogística.....	152
C) O emprego do silogismo por parte do Juiz.....	153
D) As implicações ideológicas da teoria silogística.....	157
2. A teoria tópica do raciocínio jurídico	163
A) Acenos críticos sobre a teoria tópica da decisão.....	164
B) Tópica e lógica na motivação.....	170
C) O papel do raciocínio tópico na motivação	176
3. A teoria retórica da argumentação jurídica.....	179
A) Retórica e tipos de raciocínio jurídico	184
B) O problema do “auditório universal”	186
C) O papel da argumentação retórica na motivação.....	188

CAPÍTULO V

A ESTRUTURA RACIONAL DO JUÍZO E DA MOTIVAÇÃO

1. Premissas para análise do raciocínio do Juiz	191
A) Descontinuidade qualitativa do raciocínio	194
B) Raciocínio decisório e discurso justificativo	196
C) O conceito de escolha na estrutura do Juízo.....	198
2. Características gerais do raciocínio decisório.....	202
A) A individualização da <i>ratio decidendi</i>	203
B) A individualização da norma.....	208
C) A apuração dos fatos	214
D) A qualificação jurídica do suporte fático	222
E) A decisão	226
F) A racionalidade do raciocínio decisório	229
3. A estrutura da motivação	234

A) O primeiro nível de justificação: a estrutura lógica da decisão.....	237
B) O segundo nível de justificação.....	242
C) Os dois graus de justificação	243
D) Os conceitos de racionalidade da justificação.....	247
E) Tipos e estruturas de justificação racional.....	252
F) Estilo e estrutura da motivação.....	258
G) Pluralidade de <i>rationes decidendi e obiter dicta</i>	266

CAPÍTULO VI

O DEVER DE MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA CIVIL

1. Perfis históricos.....	276
A) O dever de motivação nas reformas do século XVIII na Europa..	280
B) Evolução do problema nas codificações oitocentistas.....	288
C) Acenos sobre a motivação na história dos ordenamentos de <i>common law</i>	295
2. Perfis comparados	300
A) Ordenamentos de <i>civil law</i>	301
B) Ordenamentos dos países socialistas.....	307
C) Ordenamentos de <i>common law</i>	309
3. O dever de motivação na legislação ordinária: artigo 132, n. 4, do <i>Codice di Procedura Civile</i>	314
A) A <i>ratio</i> do dever diante das partes.....	317
B) A <i>ratio</i> do dever perante o Tribunal.....	322
C) Dever de motivação e função da <i>Cassazione</i>	324
D) Limites da concepção endoprocessual da motivação.....	329
4. O princípio constitucional de obrigatoriedade da motivação: artigo 111, primeira parte da Constituição	330
A) Incidência do princípio sobre a legislação ordinária: o problema do decreto	331
B) O princípio no sistema dos princípios constitucionais sobre a jurisdição	335

C) Significado ideológico do princípio: a exigência de controlabilidade difusa da administração da Justiça.....	340
5. Problemas de aplicação do princípio da obrigatoriedade dos motivos	347
A) Crítica do critério geral proposto pela jurisprudência.....	349
B) O problema da motivação <i>per relationem</i>	353
C) O problema da motivação implícita	359
D) Questões em tema de motivação do juízo de fato	364
E) O princípio da completude da motivação	374
6. Efeitos da violação do dever de motivação.....	377
A) A motivação como requisito estruturante do provimento jurisdicional	378
B) Nulidade e inexistência da sentença sem motivação.....	383
C) O “conteúdo mínimo necessário” da motivação	386
BIBLIOGRAFIA	391
APÊNDICE – A REFORMA DAS NORMAS SOBRE A MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA	419